



WRM BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



número 136 - Novembro 2008

O TEMA CENTRAL DESTA EDIÇÃO: MUDANÇA CLIMÁTICA

Ao tempo em que nas salas da Convenção sobre Mudança Climática fala-se de complexas e intrincadas fórmulas e instrumentos para “vender” emissões e “compensar” a poluição- para não ressentir os grandes interesses das petroleiras, mineradoras, madeireiras, enfim, do grande capital- no mundo real os povos agem.

Toda luta em defesa das florestas é uma ação em favor do clima; toda oposição a mega-projetos que poluem e destroem é uma ação em favor do clima; toda denúncia sobre projetos que afetam a natureza é uma ação em favor do clima.

Nos artigos a seguir são descritas realidades e situações bem diversas, no entanto, em todas, sem exceções, pode ser vista a ligação com a proteção do clima. Apesar disso, o que as comunidades recebem não são aplausos senão repressão e no melhor dos casos, desconhecimento.

Está na hora de a Convenção sobre Clima olhar para o lado certo, para o lado daqueles que, de fato, agem em favor do clima. Ela tem a responsabilidade por fazê-lo.

NOSSA OPINIÃO

- Unificação das lutas sob a égide da mudança climática

O QUE A CONVENÇÃO SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA NÃO VÊ

- Barragens na corrente principal do Mekong destruiriam milhões de pescarias
- Brasil: agronegócio e desflorestamento responsáveis pela mudança climática
- Colômbia: criminalização, mecanismo para garantir um “desenvolvimento” injusto
- Costa Rica: resistência popular à mineração a céu aberto em Crucitas
- Equador: o governo entregará o mangue de todos os equatorianos para industriais camaroneiros
- Expansão dos dendezeiros para agrocombustíveis: queimando toda esperança de estabilizar o clima?
- Índia: Vangujjars dependentes da floresta assediados pelo governo local
- México: ecocídio por mineradora em Coahuayana, Michoacán
- Nigéria: queima de gás – principal contribuinte com a mudança climática e abusos aos direitos humanos
- República Democrática do Congo: destruindo as florestas, os povos e o clima com a atividade madeireira
- Uruguay: Plantações de eucalipto degradam solos e emitem carbono

CONTRIBUIÇÃO DO WRM COM O DEBATE SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA

- Quatro recentes relatórios do WRM relacionados com a mudança climática

NOSSA OPINIÃO

- Unificação das lutas sob a égide da mudança climática

Para as pessoas que lutam por seus direitos em áreas de florestas, a mudança climática parece estar afastada de suas preocupações imediatas. No entanto, saibam ou não, são dos atores mais importantes e comprometidos na proteção do clima da Terra.

Por exemplo, aqueles que se opõem às operações madeireiras industriais em seus territórios podem sentir que sua luta se trata apenas de direitos e meios de vida. E disso se trata para eles, logicamente. No entanto, detendo as operações madeireiras, também estão evitando a liberação de grandes volumes de emissões de dióxido de carbono –o principal gás de efeito estufa que leva ao aquecimento global- que está bem armazenado na biomassa da floresta.

As comunidades que lutam contra grandes barragens hidrelétricas também estão evitando a liberação de grandes volumes de gases de efeito estufa como metano, CO₂ e óxido nitroso dos reservatórios de água das barragens, bem como a liberação de CO₂ das florestas, que seriam destruídas e de quaisquer outras fontes relacionadas com a construção de barragens.

As comunidades indígenas e outras comunidades dependentes das florestas que confrontam planos governamentais ou corporativos para a “conversão” (destruição) de florestas para agricultura e criação de gado em grande escala, para plantações de dendezeiros e madeireiras, para criação industrial de camarões, para mineração, também estão de fato protegendo o clima do mundo, evitando a liberação de enormes volumes de CO₂ e outros gases de efeito estufa na atmosfera.

As comunidades das florestas que confrontam a exploração e exploração de petróleo em seus territórios estão ainda mais diretamente vinculadas ao combate à mudança climática, porque estão fazendo exatamente o que precisa ser feito: evitar a extração -e portanto a queima- de combustíveis fósseis, que são a principal e climaticamente a pior fonte de emissões de CO₂ relacionada com o aquecimento global.

Do que antecede fica bastante evidente para qualquer pessoa que tenha conhecimentos mínimos sobre as causas da mudança climática, que as lutas dessas pessoas estão de fato evitando uma maior mudança climática. No entanto, a maioria dessas lutas estão sendo reprimidas e criminalizadas pelos governos que têm assinado e ratificado a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Ao mesmo tempo, as corporações que estão diretamente ou indiretamente envolvidas nesses investimentos estão localizadas em países -a maioria do Norte- que também têm assinado e ratificado a Convenção.

A conclusão é óbvia: reprimindo essas lutas -ou apoiando as corporações envolvidas no assunto- os governos estão não apenas violando os direitos dos povos locais, mas também uma Convenção das Nações Unidas criada para abordar a ameaça mais séria enfrentada pela humanidade: a mudança climática.

Além disso, muitas das “soluções” apresentadas pelos governos para abordar a mudança climática resultam em impactos sociais e ambientais adicionais que levam à resistência local. Por exemplo, como meio de evitar as reduções necessárias em suas próprias emissões, os países do Norte foram instrumentais na criação de mecanismos para “compensar” suas emissões. Um desses mecanismos promove o estabelecimento de plantações de árvores em grande escala para que atuem como “sumidouros de carbono”. Isso significa promover o mesmo tipo de plantações que já estão sendo resistido por inúmeras comunidades locais do mundo inteiro. Uma outra “solução” para evitar as necessárias mudanças na produção e

no consumo que levam à mudança climática tem sido a promoção de agrocombustíveis -desde milho e soja até dendzeiros e eucaliptos- que também têm evidenciado serem ambientalmente destruidores, resultando portanto em oposição local organizada.

Apesar de que não é fácil estabelecer se essas -e muitas outras igualmente absurdas- "soluções" se originam em representantes governamentais na Convenção sobre Mudança Climática ou em membros de grupos de pressão corporativos nacionais e presentes na Convenção, fica claro que um grande número de corporações e empresários estão beneficiando-se ou planejam beneficiar-se com eles.

A respeito do clima, a atual situação portanto evidencia que aqueles que têm o poder de fazer com que a situação mude –os governos- não querem fazer o que é preciso.

De outro lado, há um grande número de atores que realizam diferentes tipos de resistência em nível local, que se originam em diferentes assuntos, aparentemente afastados do clima, como por exemplo reforma agrária, agricultura em pequena escala, soberania alimentar, direitos dos povos indígenas e tradicionais, igualdade de gênero, direitos humanos, poluição, consumo e muitos outros.

Na maioria –senão todas- dessas lutas há pelo menos algum vínculo com o clima e portanto todos esses diferentes processos de resistência poderiam fazer parte da luta bem mais ampla para evitar a mudança climática. Esse pode ser o vínculo comum para unir movimentos locais, regionais e internacionais sob a égide da mudança climática, para fazer surgir as grandes mudanças sociais e econômicas necessárias para atingir esse objetivo.

Enquanto os governos perdem o tempo –para o deleite das corporações- o futuro da humanidade agora fica nas mãos de seus povos.

início

O QUE A CONVENÇÃO SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA NÃO VÊ

- Barragens na corrente principal do Mekong destruiriam milhões de pescarias

"O Mekong é importante para as pessoas que vivem ao redor dele, talvez mais do que qualquer outro rio na terra" escreveu Fred Pearce em seu livro sobre os rios do mundo "When the Rivers Run Dry". Aproximadamente dois milhões de peixes são pescados no Rio Mekong todo ano, segundo somente depois do Amazonas. No Camboja, 70 por cento da proteína dos aldeões provém do peixe. O Mekong também é extremamente diverso, com aproximadamente 1.300 espécies de peixes, de novo segundo somente depois do Amazonas.

O fluxo do Mekong é o mais variável de qualquer rio importante no mundo. Durante a monção, contém até 50 vezes mais água do que durante a estação seca. Essa variabilidade é crucial para as pescarias no Mekong. Todo ano, as chuvas da monção transformam o Mekong em um torrente violento, a água no tributário Tonle Sap no Camboja apresenta fluxo reverso e alaga uma vasta área chamada o Grande Lago. As florestas alagadas são um ecossistema incrivelmente produtivo. Bilhões de peixes pequenos são lançados no lago para alimentar-se com a vegetação flutuante. Existe uma enorme indústria de pesca no grande Lago.

A pesca excessiva é uma ameaça para essa fecundidade, mas a maior ameaça é uma série de barragens planejada para a corrente principal do rio. A China já tem construído várias barragens no alto Mekong e planejam-se mais. Nos últimos anos, o Laos, a Tailândia e o Camboja têm desempoadado planos sonhados pela primeira vez há dez anos para dez barragens na

corrente principal do Mekong.

Em fevereiro de 2008, o governo laosiano assinou um contrato de desenvolvimento de projeto com a Mega First Corporation Berhad, uma companhia de engenharia da Malásia, para construir a barragem Don Sahong. A barragem bloquearia o canal Hoo Sahong "com conseqüências devastadoras para as pescarias e os meios de vida baseados na pesca em nível local e em toda a região mais ampla do Mekong" aponta um novo relatório da International Rivers sobre barragens no Laos.

Dois meses antes que o contrato de Don Sahong fosse assinado, mais de 200 ONGs de 30 países (incluindo o WRM) escreveram para a Comissão do Rio Mekong, o órgão intergovernamental que supostamente maneja o desenvolvimento no rio. As ONGs se queixaram que "Apesar das sérias implicações ecológicas e econômicas de construir barragens no baixo Mekong, a Comissão do Rio Mekong tem permanecido notavelmente silenciosa. Achamos isso uma extraordinária abdicação de responsabilidade." Em fevereiro de 2008, a Comissão nomeou um novo diretor geral, Jeremy Bird, um Engenheiro Certificado. O silêncio da Comissão sobre as barragens na corrente principal tem sido substituído agora por aberto apoio.

"As dramáticas flutuações nos preços do petróleo e do gás durante o ano passado e a crescente evidência de mudança no clima do planeta têm focalizado a atenção global na necessidade de fontes sustentável de energia limpa" escreveu Bird no jornal tailandês The Nation em setembro de 2008. O Rio Mekong é "uma fonte de enorme potencial coletivo de energia" escreveu Bird. "Até a presente data, apenas aproximadamente 5 por cento desse potencial tem sido realizado."

Como aponta Patrick McCully de International Rivers, as barragens não são fonte de energia limpa. "As barragens e reservatórios são grandes fontes globais de poluição por aquecimento global" disse McCully no ano passado em uma apresentação no Commonwealth Club da Califórnia. A matéria orgânica que se apodrece nos reservatórios por trás das barragens emite dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. Mais emissões provêm do grande volume de concreto utilizado para construir as barragens e do desmatamento de terras e construção de caminhos relacionados com a construção. McCully aponta que as emissões de barragens nos trópicos são comparáveis com as emissões de uma central energética de combustível fóssil equivalente ou em alguns casos maiores.

Em setembro de 2008, a Comissão organizou uma reunião em Vientiane para discutir as propostas para instalar barragens no baixo Mekong. Nenhuma pessoa dos milhões que serão atingidas se as barragens forem construídas foram convidadas à reunião. Bird explicou para um jornalista do Inter Press Service que não visualizava isso como um problema. Em qualquer caso, a reunião se realizou em inglês e "em um ambiente com o que as comunidades não estão familiarizadas". Bird acrescentou que "O que é importante para nós é entender as preocupações e os problemas dessas comunidades e podemos fazê-lo de diferentes maneiras."

Enquanto Bird reconhecia que "o assunto a migração de peixes tem virado central para as discussões", ele não pensava que isso deveria deter a construção da barragem. De acordo com Bird "[H]averá tremendos esforços agora endereçados em primeiro lugar a evitar esses impactos; se isso não for possível, minimizá-los e depois mitigá-los na medida possível."

O dano causado através do bloqueio do Mekong com concreto e alterando dramaticamente os fluxos sazonais do rio não pode ser mitigado. Justificar a construção dessas barragens alegando que são amigáveis com o clima, como diz Bird, é verdadeiramente "uma abdicação extraordinária de responsabilidade". Já, as pescarias no Mekong têm sido seriamente atingidas pelas barragens rio acima na China. A construção de barragens no baixo Mekong destruiria as pescarias completamente. Em troca, isso condenaria milhões de pessoas a séria escassez de alimentos e maior pobreza.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

- Brasil: agronegócio e desflorestamento responsáveis pela mudança climática

O modelo de desenvolvimento atual vem se aprofundando em função de modelos em larga escala - de produção, comercialização, consumo - e as atividades que o sustentam são também em larga escala e fundamentalmente intensivas. Elas são as que têm acarretado o maior problema que paira sobre a humanidade desavisada: o aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, responsáveis pela mudança climática.

Uma dessas atividades econômicas industriais é o desflorestamento - geralmente para obter madeira e/ou ganhar terras para a criação industrial de gado ou para a plantação industrial de monoculturas (comestíveis, combustíveis ou árvores).

Toda vez que a vegetação se queima ou se decompõe libera o carbono contido nas suas folhas e caules, que é emitido como dióxido de carbono, um dos gases que provocam o efeito estufa. Quando é um processo natural, o rebrote equilibra a emissão neta de carbono; mas quando se desmata uma floresta e se produz uma mudança no uso da terra, há um aumento enorme na concentração atmosférica de dióxido de carbono. O desmatamento implica a eliminação total da biomassa da terra das florestas, incluídos os troncos das árvores, os tocos e as raízes. A conversão das terras de floresta em cultivo agrícola industrial as deixa menos eficientes para absorverem carbono do ar.

Atualmente, a maioria das emissões netas do desflorestamento acontece nas regiões tropicais, e a expansão da agricultura mecanizada em larga escala é um dos fatores mais importantes da perda de floresta. Segundo dados fornecidos por um relatório de PNAS (1), nos nove estados da Amazônia brasileira, a agricultura industrial aumentou em 36.000 km² e o desflorestamento totalizou 93.700 km² no período 2001 - 2004. O relatório revela que a intensificação da agricultura industrial para a produção de culturas comerciais em larga escala - como a soja - se fez às expensas do desflorestamento da Amazônia, que atualmente constitui a maior fonte de emissões de CO₂ do Brasil.

Por outro lado, o desmatamento é geralmente resultado direto ou indireto de políticas governamentais. Assim surge - embora não à primeira vista - da informação fornecida no Brasil a respeito do aumento do desflorestamento da Amazônia no último mês de agosto: 75.600 hectares contra 32.300 de julho. O Ministério do Meio Ambiente apresentou uma lista dos "100 maiores desflorestadores entre 2005 e 2008, em que os seis primeiros colocados são assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - dado que foi recebido com um grande sorriso amarelo pelo agronegócio.

O professor brasileiro Arivaldo Umbelino de Oliveira, da Universidade de São Paulo, expõe de um jeito muito revelador as razões que se escondem trás estes números, e afirma que a política agrária oficial está no banco dos réus.

"O governo petista" aponta de Oliveira, "por decisão política de não enfrentar os integrantes do agronegócio que fazem parte de sua base de apoio parlamentar, não tem feito a reforma agrária nas áreas onde estão concentrados os acampamentos, e preferiu concentrá-la na Amazônia. Um total de 307 mil famílias teriam sido assentadas na Amazônia Legal entre 2003 e 2007. Aqui reside a primeira razão para separar a defesa da reforma agrária da defesa da política implementada pelo Incra. A reforma agrária deve continuar sendo defendida, pois é o caminho para se chegar à soberania alimentar. Porém, a política do Incra, esta não. Ela deve ser severamente criticada pelo equívoco que contém, em não assumir a necessidade da reforma agrária em todo o país.

A política de reforma agrária do Incra está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio direto do agronegócio e fazê-la nas áreas onde ela possa "ajudar" na expansão do agronegócio. Ou seja, a política de reforma agrária do governo atual está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no país. Aqui está a segunda razão para separar a defesa da reforma agrária da defesa da política adotada pelo Incra.

Os assentamentos dos seis municípios do estado de Mato Grosso, campeão absoluto do desmatamento na Amazônia, estão localizados exatamente em uma das frentes de expansão territorial da pecuária de corte de bovinos. O Incra, portanto, tem culpa sim, pois não tem política de acompanhamento destes assentamentos. Neles, é comum os assentados "venderem" ilegalmente seus lotes para o agronegócio, que, para "comprá-los", os querem totalmente desmatados. Agem assim, porque, dessa forma, a responsabilidade do desmatamento é do assentado e do Incra. Ou então, usam de outro expediente, cedem cabeças de gado para serem criados em parceria com os assentados. Em qualquer um dos casos, a floresta é posta abaixo para dar lugar às pastagens e à pecuária.

O mesmo processo ocorre nos assentamentos que foram implantados no município de Cotriguaçu. Eles ocupam uma área total de 141 mil hectares. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, mais de 46 mil hectares de florestas foram derrubados para dar lugar às pastagens e à pecuária bovina de corte. No assentamento Bordolândia o quadro é idêntico.

Já no município de Querência, estão assentamentos que somam uma área de 101 mil hectares e no município de Nova Ubiratã os assentamentos ocupam 48 mil hectares. Estes dois municípios estão nas frentes de expansão territorial da pecuária de corte e da soja. Nestes municípios, o desmatamento de mais de 30 mil hectares ocorreu em função da pressão do agronegócio do boi e da soja em regiões onde o desmatamento é praticamente total. É óbvio que este processo não se deu sem a participação ou omissão do Incra.

Cabe também, neste contexto, criticar a forma de divulgação dos dados que o Ministério do Meio Ambiente fez, pois, na lista, junto com proprietários individuais, estão assentamentos integrais, o que cria uma ilusão de que a responsabilidade é da reforma agrária, o que não é verdade. Quando se divide o total desmatado pelo número de famílias assentadas, verifica-se que ele é em média menos de 70 hectares. Portanto, os maiores desmatadores da Amazônia Legal continuam sendo os grandes pecuaristas e produtores de soja, grileiros de terra ou não." (2)

(1) "Cropland expansion changes deforestation dynamics in the southern Brazilian Amazon", <http://www.pnas.org/content/103/39/14637.full.pdf+html?sid=ca32002c-b059-479b-9729-688006d4ffd1>

(2) [Texto extraído e adaptado de: "A Amazônia e a reforma agrária de novo no banco dos réus", Adital, <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=35400>]

[início](#)

- Colômbia: criminalização, mecanismo para garantir um "desenvolvimento" injusto

Na Colômbia, o governo usa a criminalização das organizações sociais e de base como um dos mecanismos de repressão voltado a impor forçadamente os agronegócios do mercado global, obras de infra-estrutura ou a extração de recursos naturais com altos custos humanos, sociais e ambientais.

A criminalização tem sido uma técnica eficaz que, através de estratégias discursivas e simbólicas, combinadas com o uso formal da legalidade, deslegitima e penaliza os atores sociais que se opõem a condições injustas de trabalho, à destruição ambiental, ao desenvolvimento de políticas que prejudicam a sobrevivência do planeta que se subordina à rentabilidade e aos lucros empresariais.

As acusações, o rompimento dos vínculos de relacionamento entre a sociedade e o movimento social, e a judicialização das

expressões sociais são famosas na Colômbia desde a década de 30. As manifestações dos bananeiros que foram acusadas de ser "comunistas" resultaram em um massacre coletivo propiciado por uma bananeira americana. Nas décadas de 50 e 60, o movimento camponês, que exigia terras foi agredido com crimes e bombardeios, e acusações injustas nos tribunais. Na década de 70, o fruto da mobilização urbana e rural na Paralisação Cívica Nacional foi afogado com os crimes indiscriminados dos manifestantes, as torturas e o processamento de civis em tribunais militares. Na década de 80, através do paramilitarismo, bases sociais de organizações camponesas, afro-colombianas e mestiças foram massacradas, obrigadas ao desterro, ao exílio, ao extermínio, submetendo os sobreviventes a processos judiciais, sob acusações de terrorismo.

Hoje, enquanto os interesses para o mercado mundial são instalados nos territórios, as expressões sociais de resistência dos moradores rurais, entre os quais estão os sobreviventes à violência sistemática do governo são objeto de exercícios de violência e criminalização para obter o controle ou o assentimento aos modelos de desenvolvimento.

Depois de uma operação militar de arrasamento conhecida como "Gênese", no norte do Chocó, no Darién colombiano, do deslocamento dos afro-colombianos, da comissão de 80 crimes e da instalação em uma base paramilitar da empresa Maderas del Darién, filial de Pizano S.A., iniciou-se a destruição de florestas primárias e secundárias. Os líderes, que corajosamente iniciaram as denúncias por estes atos contra os territórios coletivos que eles habitavam foram submetidos a ameaças de morte, a montagens na mídia e a processos judiciais de rebelião e tráfico de drogas. Os responsáveis pelo que foi conhecido como ecocídio em meados dos anos 90 e pelos crimes cometidos nunca foram investigados. As empresas desmataram, as terras nunca foram devolvidas, os militares foram promovidos e os paramilitares junto com os políticos nacionais desenvolveram novos agronegócios. As comunidades foram criminalizadas e estigmatizadas.

Na mesma região, no Chocó biogeográfico colombiano, as bacias do Curvaradó e Jiguamiandó, tombadas como reserva natural desde 1959, são um exemplo do uso da violência oficial- militar e paramilitar- para a implementação do dendezeiro e a extensão pecuária. A Brigada 17 do exército nacional e os paramilitares iniciaram desde 1996, quando o atual presidente Álvaro Uribe Vélez era governador do departamento de Antioquia, uma perseguição contra os habitantes mestiços, afro-descendentes e indígenas. Mais de 140 camponeses foram assassinados ou desaparecidos e 40 líderes das comunidades com mandados de captura pelo delito de rebelião. Estes fatos, junto com as ameaças de morte, o bloqueio econômico, os abusos de autoridade, os bombardeios, e o de bens de sobrevivência provocaram 15 deslocamentos forçados maciços de centenas de famílias.

Esta violência tem possibilitado a apropriação ilegal de mais de 23 mil hectares de território coletivo por trabalhadores do dendê, pecuaristas e madeireiros vinculados com a criminalidade do governo, o paramilitarismo e a lavagem de ativos. O despojo de terras tem sido acompanhado do desmatamento intensivo de floresta primária em mais de 10 mil hectares, a desertificação de cinco rios, a poluição dos canos com o uso de agrotóxicos, gerando impactos especialmente graves em mulheres e crianças.

A criminalização só pode ser compreendida como parte dos mecanismos da repressão, da violação dos direitos humanos e da pretensão de controle social, hoje claramente associadas aos negócios sobre os territórios.

Na Colômbia, de acordo com organizações de direitos humanos, nos últimos 15 anos foram deslocados forçadamente de suas terras com operações armadas que comprometem a responsabilidade do governo cerca de 4 milhões de pessoas e foram cometidos 14 mil crimes de lesa humanidade entre 1988 e 2003 (1). Organizações de familiares de desaparecidos indicam que foram cometidas mais de 15 mil desapareções forçadas (2). E cerca de 7 milhões de hectares de terras têm sido apropriadas ilegalmente por paramilitares ou traficantes de drogas nos últimos 15 anos, a maior parte das vezes depois de ter forçado o deslocamento dos moradores (3).

A política de seguridade democrática e a construção de um Estado comunitário, iniciado desde o ano 2002 pelo governo Uribe, se vangloria de distanciar-se da "Doctrina de la Seguridad Nacional" e da tolerância zero às violações dos direitos

humanos. Tais afirmações não têm sido mais que uma re-engenharia publicitária das práticas militares e policiais repressivas de épocas passadas. Entre 2002 e 2006 houve cerca de 6000 detenções ilegais e arbitrárias (4), assim como cerca de 1000 assassinatos por parte das forças militares. Muitas destas vítimas costumam ser expostas diante da mídia como mortos em combate (5).

O governo colombiano justifica o uso da violência contra os camponeses, os afro-colombianos, os indígenas, os sindicalistas e os líderes sociais sob o pretexto da perseguição às guerrilhas ou ao tráfico de drogas. Mas estes ataques geralmente favorecem os interesses econômicos de empresas nacionais e internacionais com agronegócios, com obras de infraestrutura e extração de recursos naturais. Estas empresas também se protegem ou se valem da criminalidade ou a usam para manter seus interesses (6).

As ações fácticas de violência são acompanhadas de práticas discursivas, de falsas acusações mediáticas, as que resultam em processos judiciais. Os processos organizativos que afirmam seus direitos ao ambiente saudável, ao respeito à biodiversidade e aos territórios coletivos para garantir os investimentos.

Desde outubro de 2008, as manifestações dos indígenas do povo Nasa dos departamentos do Cauca e do Putamayo, contra a assinatura de Tratados de Livre Comércio e pelo respeito à biodiversidade e dos territórios, têm deixado dois assassinatos e mais de 200 feridos. Altos funcionários do governo têm deslegitimado o movimento indígena, acusando-o de ser dirigido pela guerrilha das FARC. Estas acusações não são novas, de tempo atrás os líderes indígenas têm sido objeto de montagens judiciais.

Recentemente, os trabalhadores da cana de açúcar se declararam em greve para questionar a política energética nacional e a ausência de garantias trabalhistas, sendo alvo de falsas acusações. Três deles foram posteriormente detidos (7).

A criminalização mediática e judicial fazem parte dos mecanismos da repressão e uma formalidade para legitimar as violações de direitos humanos. Detrás delas, na Colômbia, se tem pretendido garantir a privatização territorial para os negócios do mercado global, destruir a oposição, impor o silenciamento, e o assentimento social a um modelo de "desenvolvimento" injusto.

Por Danilo Rueda, Justiça e Paz, correio eletrônico: daniloruedar@gmail.com , <http://justiciaypazencolombia.org>

1. <http://colombia.indymedia.org/news/2005/07/28883.php>

2. http://justiciaypazencolombia.org/spip.php?article161&decoupe_recherche=tribunal%20sobre%20desapariciones%20forzadas%20en%20BOGOTA

3. <http://justiciaypazencolombia.org/spip.php?page=recherche&recherche=>

4. <http://www.reliefweb.int/rw/rwb.nsf/db900sid/EVIU-6FJD73?>

5. <http://www.ddhcolombia.org.co/node/166> . A bancada democrata dos Estados Unidos inclusive ousou condicionar as possibilidades de um Acordo Comercial de persistir a impunidade nos crimes de mais de 2000 assassinatos de sindicalistas, situação que persiste não só pela ausência de investigações eficazes, senão que graças a ela se repetem novos crimes, cerca de 51 destes líderes no primeiro semestre de 2008, a totalidade por estruturas de tipo paramilitar.

6. http://justiciaypazencolombia.org/spip.php?article141&decoupe_recherche=dictamen%20final%20tribunal%20permanente%20de%20los%20pueblos%20colombia

7. http://justiciaypazencolombia.org/spip.php?article189&decoupe_recherche=juan%20pablo%20ochoa

- Costa Rica: resistência popular à mineração a céu aberto em Crucitas

No dia 17 de dezembro de 2001, conforme a Portaria # R-578-2001-MINAE e de maneira furtiva, o Ministério do Meio Ambiente e Energia (MINAE) da Costa Rica outorgou à empresa Indústrias Infinito S.A., subsidiária da transnacional canadense Vanesa Ventures, o direito à exploração de uma mina de ouro a céu aberto através da lixiviação com cianeto.

Indústrias Infinito S.A. planeja explorar uma área de 18 quilômetros quadrados em Crucitas, na região norte do país, entre os cerros La Fortuna e Botija, a 3 quilômetros do rio San Juan. Isso leva ao desmatamento de mais de 190 hectares de floresta (incluindo espécies interditas como a amendoeira), porque, como descreve o jornalista e opositor do projeto, Marco Tulio Araya:

“A atividade de mineração não permite que nenhuma árvore fique em pé, o desmatamento deve ser rasante, quer dizer, deixar a montanha só com terra para depois começar a escavação e tirar a roca que contém o ouro. É necessária uma tonelada e meia ou mais de roca para conseguir um grama de ouro. Para obter um quilo devem ser moídas e liquidificadas grandes quantidades de material com milhões de litros de solução de cianeto, porque o cianeto atua feito um ímã que atrai as microscópicas partículas de ouro. Uma mina onde é extraído o ouro e outros metais com este procedimento chamado lixiviação, exige tal quantidade de água que a água utilizada na mina em uma hora é igual à água que consome uma família camponesa em 20 anos. Para conseguir reunir essa quantidade de água, a empresa compra as moradias vizinhas à mina para que ninguém reclame e assim desviar os riachos para uni-los, o que é uma ação claramente proibida. E a água poluída com cianeto residual, que já não é necessária, é despejada em grandes lagoas e assim continua envenenando todos os animais que beberem dessa água. Às vezes, a empresa coloca cartazes com advertências, mas como nem os pássaros nem os animais sabem ler, a morte e a destruição continuam.”

O custo é muito alto: não apenas a paisagem de Las Crucitas será destruída como também serão afetadas no mínimo 32 comunidades dos arredores e o rio San Juan vizinho à Nicarágua.

Como na Costa Rica o desmatamento rasante está proibido e a única exceção permitida é sob um projeto de Conveniência Nacional, depois de várias idas e vindas, o projeto de mineração a céu aberto foi considerado com caráter de “utilidade pública”, para assim poder ser aprovado. Mas o povo da Costa Rica se pergunta de que utilidade pública estão falando quando a mineração só contribui com destruição, poluição e maior mudança climática.

Está mais do que demonstrado, e as comunidades afetadas do mundo todo bem podem testemunhar, que a mineração é uma atividade no curto prazo mas com efeitos destrutivos no longo prazo, extensivos e geralmente irreversíveis. Um dos efeitos é a contribuição à mudança climática, tanto através do desflorestamento decorrente da mineração, que já vem sofrendo a Costa Rica, como porque é uma atividade industrial que exige uma grande quantidade de energia para ser desenvolvida, que provém, em geral, da queima de combustíveis fósseis (carvão, gás ou diesel), cujas emissões são responsáveis pela mudança climática.

Desde a declaração de utilidade pública feita pelo governo da Costa Rica, o movimento ecologista e social, liderado pelas organizações e comunidades da Região Norte está em pé de guerra, com grande apoio do público em geral.

A organização Coecoceiba – Amigos da Terra Costa Rica informa que “A luta contra o projeto Crucitas está em vigor há mais de quinze anos graças às comunidades da região norte. Nestes quinze anos se conseguiu derrubar estudos de impacto ambiental, enormes empresas como a Placer Dome, e construir uma rede social forte que hoje se une novamente para resistir e vencer um novo golpe contra as comunidades e seu ambiente”.

O povo da Costa Rica vem reagindo perante o que considera um crime ambiental que mostra a dualidade da política do governo: "O atual governo possui duas políticas em matéria ambiental. Uma, que apresenta em nível internacional, afirmando que a preservação ambiental deve existir, que o mundo está em perigo por causa do débacle ambiental, entre outras frases mundialmente aceitas. No mundo afora, a "Iniciativa de Paz com a Natureza", o carbono neutral e a "Costa Rica por Sempre" têm se transformado em parte importante da política exterior, utilizada pelo país para posicionar-se em diversos fóruns enquanto solicita recursos financeiros. A política ambiental interna, a de todos os dias, contradiz à anterior. Esta segunda política é aquela que está a favor da desregulamentação eliminando a cada dia mais atividades que devem ter um estudo de impacto ambiental para determinar sua viabilidade. É a política que defende a capa e espada que uma mina de ouro a céu aberto com lixiviação de cianeto é compatível com o ambiente, e para isso recita a velha e ultrapassada fórmula de que "o projeto é viável no social, econômico e ambiental", denuncia a Coecoceiba. (http://www.feconcr.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1382&Itemid=76)

No dia 14 de novembro foi realizada em Ciudad Quesada a "Passeata pela Vida" para mostrar a rejeição que o povo tem com os projetos destrutivos. Pessoas de comunidades vizinhas ao empreendimento mineiro aproximaram-se para se manifestarem contra a mineração a céu aberto e exigirem a revogação do decreto. A passeata foi seguida de uma atividade cultural.

Inúmeras organizações apresentaram um recurso de amparo, exigindo a reconsideração das permissões outorgadas e sua anulação. Desde a vizinha Nicarágua também se acompanham os acontecimentos com preocupação, porque há comunidades deste país que resultariam afetadas com a mineração a céu aberto.

A indignação é grande e a resistência cresce.

Para obter mais informações acesse o site da campanha contra a mineração em Crucitas: <http://fueradecrucitas.blogspot.com/>

[início](#)

- Equador: o governo entregará o mangue de todos os equatorianos para industriais camaroneiros

Em 15 de outubro, o Presidente da República, Econ. Rafael Correa Delgado e quatro Ministros do Estado emitiram o Decreto 1391 que regulariza a aqüicultura industrial do camarão.

O Decreto tem a contradição que, de um lado reconhece a ilegalidade na que tem funcionado milhares de hectares de piscinas dedicadas à criação e cultivo do crustáceo, bem como o corte dos mangues em decorrência das atividades dessa indústria. Mas de outro lado, essa ilegalidade acaba sendo premiada na medida que se outorga em concessão à indústria camaroneira áreas que são Bem Nacional de Uso Público (ver http://www.ccondem.org.ec/imagesFTP/6940.DECRETO_1391_10_2008_1_.pdf), violando assim 56 disposições legais que protegem o ecossistema de mangues desde a década de 70.

A medida de "regularizar" ações ilegais (que na prática serão legalizadas) estabelece um precedente de insegurança jurídica no assunto ambiental e na garantia dos direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais dos Povos Ancestrais de Pescadores e Coletores Artesanais da costa equatoriana, os que têm sido deslocados de maneira violenta de seu território e que tem exigido insistentemente aos governos de turno, a recuperação das áreas do ecossistema de mangues ocupadas de

maneira impune pela aquicultura industrial do camarão.

Acabará o mangue equatoriano em mãos privadas?

O ecossistema de mangues é um dos cinco ecossistemas mais produtivos do mundo. Alarmados por sua destruição, no Registro Oficial Nº 722 de 6 de julho de 1987 são declaradas como florestas protetoras 362.802 hectares de terras cobertos de mangues, de outras espécies florestais e áreas salinas, localizados em 5 sistemas hidrográficos da costa equatoriana.

Um estudo do Centro de Levantamentos Integrados de Recursos Naturais por Sensores Remotos (CLIRSEN) do ano 2000 revela que foram cortados 254.503 hectares que equivalem a 70% do mangue equatoriano original. Por sua vez, o III Censo Agropecuário do ano 2001 determina que existem 234.359 hectares de camaroneiras.

A legislação equatoriana proíbe, historicamente, o corte, queima ou destruição de mangues. Penaliza com multas, reposição íntegra da área destruída e até com prisão, sua destruição.

No entanto, o recente Decreto 1391, fazendo tábua rasa da legislação em vigor, pretende premiar os industriais camaroneiros que têm destruído o mangue e com isso despojado as comunidades locais de sua fonte de sustentação e vida, consentindo o reflorestamento de uma percentagem mínima do destruído e remindo-os do pagamento de multas e sanções penais.

O Decreto 1391 viola não apenas Leis e Códigos, mas principalmente a Constituição, aprovada majoritariamente pelo povo equatoriano em 28 de setembro deste ano. A nova Constituição, louvada no âmbito internacional por consagrar um texto constitucional de avançada, estabelece uma série de direitos da Natureza, direitos da Água e direitos dos Povos que são violentados por este Decreto.

E se o mangue acabar?

Os Povos Ancestrais do Ecossistema de Mangues vivem intimamente ligados a seu ecossistema natural que é sua fonte de sustentação e vida. Esse ecossistema beneficia não apenas as comunidades locais mas cumpre funções ecológicas vitais para o planeta. Cabe lembrar as cenas terríficas do tsunami da Ásia (dezembro de 2006) onde ao ser cortada a barreira protetora natural e cortina quebra-ventos, que é o mangue, foram arrasados povoados inteiros e milhares de pessoas morreram ou foram seriamente dilaceradas, sem mencionar os ingentes prejuízos aos bens materiais.

O mangue é também um importante desalinizador das águas que entram ao continente, o que permite a existência de terras agrícolas e portanto a produção de alimentos que, junto com os peixes, moluscos e crustáceos –resguardados nas raízes aéreas do mangue durante sua época de desova e larvária- são fonte principal de alimentação de nossa população.

Nossa soberania alimentar se veria seriamente afetada ao privatizar nossas costas e entregá-las a industriais camaroneiros, os que produzem um fabuloso crustáceo de exportação que alimenta as mesas dos países do Norte, já que o camarão de cultivo não se consome dentro dos países produtores: é um bem de exportação.

O ecossistema de mangues em pé alimenta nossa população, gera honrados empregos para as comunidades locais que todo dia têm testemunhado a redução dos bancos de conchas, peixes, caranguejos, siris-azuis, etc. Seu hábitat natural desaparece à velocidade do braço mecânico de uma retroescavadora que em poucos dias transforma um rico e frondoso mangue milenar em uma piscina de camarão.

Os povos ancestrais do ecossistema de mangues exigem a derrogação do Decreto 1391 e a sanção aos camaroneiros que

têm usurpado o mangue, evento que é reconhecido por esse mesmo Decreto e assim o exprime o Manifesto dos Povos Ancestrais do Ecossistema de Mangues contra a Regularização e Certificação da Indústria do Camarão em Cativoiro.

Por Verónica Yépez, C-CONDEM, e-mail: veroy@ccondem.org.ec , www.ccondem.org.ec

início

- Expansão dos dendezeiros para agrocombustíveis: queimando toda esperança de estabilizar o clima?

Há dois anos, 5,3 milhões de hectares de lado a lado da Indonésia ficaram engolfados em chamas na pior estação de incêndios desde 1997/98. A fumaça cobria grandes porções do Sudeste da Ásia, escondendo mais incêndios de turfeiras e florestas na Malásia. Mais de 75.000 incêndios de lado a lado de Sumatra e Bornéu. O experto em turfeiras, o Professor Florian Siegert ajudou a analisar detalhes desde imagens de satélite e concluiu: "A maioria dos fogos foram acendidos para desmatar terras para plantações. Essas queimas às vezes saem de controle porque as florestas já têm sido danificadas pela atividade madeireira ilegal".¹ Agora ocorrem incêndios similares todo ano, apesar de que sua escala varia, dependendo da duração e intensidade da estação seca. O dendezeiro tem virado o principal promotor da destruição de turfeiras, seguido pelas plantações para pasta de celulose e papel.

De acordo com Siegert, o dióxido de carbono liberado pelos incêndios de turfeiras e florestas em 2006 foi responsável de até 15% de todas as emissões de dióxido de carbono nesse ano. Esse número, no entanto, permite apenas entrever a verdadeira escala dos impactos sobre o clima associados com os dendezeiros no Sudeste da Ásia.

As turfeiras do Sudeste da Ásia constituem 60% das turfeiras tropicais do mundo e contêm aproximadamente 42 bilhões de toneladas de carbono. Em nível global, as turfeiras têm uma função vital na estabilização do clima: enquanto permanecerem intatas e não se secarem em decorrência da mudança climática, representarão um depósito de carbono permanente. A formação de turfeiras é uma das formas da terra de remover dióxido de carbono da atmosfera e é portanto um importante 'termostato global'. Há importante evidência que os pântanos de turfa do Sudeste da Ásia tiveram uma função vital na prevenção de aquecimento global mais extremo e rápido no final da última era glacial. Ninguém sabe exatamente por que o aquecimento naquele momento não se saiu de controle e causou extinção massiva, como tinha acontecido há dezenas de milhões de anos. Em definitiva, o aquecimento resulta automaticamente na liberação de mais dióxido de carbono na atmosfera, principalmente pelos oceanos. Grande parte desse dióxido de carbono deve ter sido absorvido pelo solo e a vegetação e sabemos que a acumulação de turfa se acelerou nesse momento, quando essas turfeiras eram bem maiores, devido a um nível mais baixo do mar². Se fossem deixadas intatas, poderíamos esperar que as florestas de turfa do Sudeste da Ásia absorvessem parte do dióxido de carbono que já tem sido emitido pela queima de combustível fóssil e mitigassem a mudança climática. Sua destruição é portanto um duplo insucesso para o clima da terra: uma vez que a turfeira se seca e corta, todo o carbono nela vai 'oxidar-se', o que significa que vai reagir com o oxigênio para formar dióxido de carbono. Esse processo pode levar várias décadas, mas é acelerado em grande forma pelos fogos. Há poucas esperanças que até um aquecimento catastrófico de 2°C possa ser evitado se todos os 42 bilhões de toneladas de carbono nas turfeiras da Indonésia e da Malásia forem para a atmosfera, independentemente de quaisquer medidas adotadas para eliminar gradativamente os combustíveis fósseis e acabar com o desmatamento. O que é ainda pior, no momento da catastrófica mudança climática, uma das poucas formas nas que o planeta pode eventualmente estabilizar sua temperatura está sendo destruída, colocando o futuro da vida toda em um risco ainda maior.

48% dos originais 27 milhões de hectares de turfeiras já têm sido intensamente cortados e secados e 3,7 têm sido completamente destruídos. Na teoria, deveria ser possível restabelecer o que resta da turfeira seca, através de reinundação e reflorestamento. Várias ONGs têm começado um projeto demonstrativo, apesar de que evidência anedótica sugere que não tem muito sucesso devido à falta de envolvimento comunitário. Na realidade, no entanto, podemos esperar virtualmente

que todas as turfeiras remanescentes sejam destruídas, proibindo uma reviravolta nas políticas bioenergéticas da Europa e de outros países e as políticas dos governos da Malásia e da Indonésia de promover monoculturas para exportação de agrocombustíveis. No passado, o uso pela Europa de óleo de colza para biodiesel tem sido uma das principais causas da expansão do dendezeiro, já que a indústria de alimentos e cosméticos tem respondido mudando do óleo de colza para o óleo de dendê. O óleo de dendê para aquecimento e energia tem sido um outro sério fator. No futuro, é provável que mais óleo de dendê seja utilizado diretamente para biodiesel: várias grandes refinarias de biodiesel estão sendo construídas especificamente para usar óleo de dendê, incluindo a maior do mundo, que a Neste Oil está construindo em Cingapura, enquanto os EUA e a Austrália estão aumentando suas importações para agroenergia.

De acordo com a Wetlands International, pelo menos 15% das plantações de dendezeiros da Malásia e 25% das plantações da Indonésia estão agora em turfeiras. Na Indonésia, mais da metade de todas as novas concessões para essas plantações têm sido outorgadas em turfeiras. Na Malásia, o governo estadual de Sarawak tem recentemente alocado 400.000 hectares de florestas de pântanos de turfa para plantações, principalmente para óleo de dendê³. As florestas de turfa estão sendo objetivadas especialmente porque virtualmente todas as florestas tropicais da Sumatra e a maioria de Bornéu têm sido destruídas, e portanto a madeira menos acessível em pântanos de turfa vira atrativa para os madeireiros. Os lucros extra da madeira fazem com que as plantações de dendezeiros sejam significativamente mais atrativas e em alguns casos, as companhias de dendezeiros e madeireiras fazem parte da mesma companhia. Além disso, as políticas do governo que promovem o dendezeiro para exportação, em grande parte para satisfazer a crescente demanda da Europa por agrocombustíveis, fazem com que seja fácil obter concessões para converter florestas.

As florestas de turfa não são a única fronteira para a expansão do óleo de dendê. As últimas grandes florestas tropicais da Indonésia em Aceh e Papua Ocidental estão enfrentando destruição similar. O governo indonésio tem destinado 9,3 milhões de hectares de floresta de Papua Ocidental para 'conversão', principalmente para óleo de dendê. Até agora, grandes concessões têm sido alocadas mas até agora há relativamente poucas plantações produtivas de dendezeiros⁴. Como em Bornéu e Sumatra, o desenvolvimento da atividade madeireira e a plantação vão de mãos dadas também na Papua Ocidental.

De acordo com Watch Indonesia!, 40 milhões de pessoas na Indonésia dependem diretamente da floresta para seus meios de vida. Agora estão pagando o preço de uma falsa 'solução climática' que em vez de mitigar a mudança climática, é uma das formas mais efetivas de garantir que o aquecimento saia de controle.

Por Almuth Ernsting; Biofuelwatch, <http://www.biofuelwatch.org.uk>, e-mail: almuthbernstinguk@yahoo.co.uk

Referências:

1. www.berlinonline.de/berliner-zeitung/archiv/.bin/dump.fcgi/2006/1102/wissenschaft/0062/index.html
2. "A record of Late Pleistocene and Holocene carbon accumulation and climate change from an equatorial peat bog (Kalimantan, Indonesia): implications for past, present and future carbon dynamics", Susan Page et al, Journal of Quaternary Science, Vol 19, Edição 2, 27 de setembro de 2004
3. "Malaysian palm oil: green gold or green wash?", Amigos da Terra, outubro de 2008, www.foei.org/en/publications/pdfs/malaysian-palm-oil-report
4. "Forests in Papua: Data and Facts", Marianne Klute, Watch Indonesia!, 26.1.08, www.biofuelwatch.org.uk/docs/papua_article.pdf

- Índia: Vangujjars dependentes da floresta assediados pelo governo local.

Os Vangujjars -uma tribo nômade distinta com uma muito rica herança cultural- têm estado vivendo espalhados nas terras altas de florestas indianas de Uttrakhand pelos últimos três séculos. Eles ainda levam uma vida nômade com seus búfalos e deslocamentos entre áreas altas do Himalaia no verão para áreas baixas no inverno. Eles sempre têm recebido tratamento de madrasta por todos os governos de Uttar Pradesh ou Uttrakhand. Mas a partir de outubro de 2008 o ataque aos vangujjars tem virado mais intenso e descarado. Mais de 100 aldeias foram totalmente destruídas pela administração do Parque Nacional de Rajaji.

A Lei de Tribos Registradas e outros Habitantes da Floresta (Reconhecimento de direitos da floresta) de 2006, conhecida popularmente como Lei de Direitos da Floresta foi promulgada pelo Parlamento em 15 de dezembro de 2006 e aplicada em 1º de janeiro de 2008. Todos os estados foram obrigados a aplicar a lei em seus respectivos estados, emitindo Ordens Governamentais para todos os distritos. Mas o governo de Uttrakhand não tem aplicado a lei. Não tem sido emitida qualquer ordem governamental e o governo também não está evidenciando qualquer vontade política de implementar a lei, apesar do fato de que Uttrakhand possui mais de 65% da cobertura florestal e aproximadamente 80% de sua população depende totalmente da floresta.

Agora o Parque Nacional Rajaji, que é um famoso ponto turístico para a classe média e alta de Delhi e Dehradun, tem virado o campo de batalha de comunidades habitantes da floresta versus o departamento florestal. O departamento florestal planejava despejar aproximadamente 500 famílias neste mês de outubro e objetivou os "deras" (grupos de cabanas) dos lideranças dos vangujjars que foram ativos na formação de sua organização e no litígio contra o despejo pelo departamento florestal no Tribunal Superior. Os sequazes do departamento florestal têm atacado e destruído seus "deras", aterrorizado crianças e mulheres, saqueado seus bens e os têm lançado fora da floresta sem piedade. Até quatro jovens foram prendidos com acusações falsas enquanto estavam pastando seus animais.

A comunidade vangujjar do parque nacional Rajaji tem estado lutando muito tempo desde 2004 para que seus direitos fossem reconhecidos. As autoridades do parque têm reconhecido apenas 512 famílias e as têm reassentado em Pathri, Hardwar, que não está construída de acordo com as necessidades e meio ambiente desta comunidade tribal.

O Fórum Nacional de Povos da Floresta e Trabalhadores da Floresta (NFFPFW), em representação dos vangujjars, apresentou uma ação de interesse público. O Honrável Tribunal Superior, em uma sentença histórica ordenou o governo do Estado de Uttrakhand a implementar a lei de direitos da floresta de 2006 no prazo de 60 dias, formando o comitê de direitos da floresta, para que os direitos dos vangujjar pudessem ser estabelecidos de acordo com a lei.

A demora na aplicação da lei criou inúmeros problemas para a comunidade vangujjar, já que o novo diretor do parque S.S Rasily era bem mais implacável que o anterior. Sua única missão foi expulsar os vangujjars da floresta sem estabelecer seus direitos. Inclusive depois de todas essas ordens em seu favor, os vangujjars enfrentaram o pior despejo em outubro de 2008.

O pessoal do departamento florestal com as delegacias da polícia local usaram força policial massiva para despejar a comunidade tribal.

Em 3 de novembro de 2008, milhares de vangujjars, povoadores da floresta e outros habitantes da floresta de 11 distritos de Uttrakhand desafiaram o governo do Estado e protestaram na frente da Secretaria de Estado em Dehradun para deter os despejos ilegais, implementar a lei de direitos da floresta imediatamente e restabelecer as 110 famílias despejadas no Parque Nacional Rajaji. As comunidades da floresta têm anunciado que se suas exigências não forem satisfeitas, começarão o movimento para restabelecer os "deras" no local original a partir do dia 16 de novembro de 2008. Ashok Chowdhury, o membro fundador de NFFPFW observa que "Se a situação não for manejada devidamente pelo governo do Estado, pode

transformar-se em um sério conflito entre as comunidades de Ultrakhand que habitam a floresta e o Estado”.

Resumo do artigo de Roma, em <http://www.wrm.org.uy/countries/India/roma.html> , NFFPFW (Kaimur) / Human Rights Law Centre, Purab Mohal, Email: romasnb@gmail.com / hrlkaimoor@gmail.com

[início](#)

- México: ecocídio por mineradora em Coahuayana, Michoacán

A empresa mineradora ítalo-argentina TERNIUM planeja impactar cerca de 2.000 hectares de floresta tropical no município de Coahuayana, estado de Michoacán, no sudoeste do México, para extrair minério de ferro. Entre outros impactos, isso deixaria sem água a todo o município de 15 mil habitantes. O rio El Saucito já tem sido afetado, bem como a montanha e a floresta, e os povos Santa María Miramar, El Saucito, La Palmita, El Parotal e Ashotán já vêm sofrendo as conseqüências e, por isso, estão solicitando junto às autoridades que declarem uma Zona de Conservação Ecológica Municipal.

Conforme denunciam as comunidades, “a empresa entrou no território para destruir nossa fonte de vida que são as montanhas, a floresta e o rio El Saucito. Árvores com mais de cem anos de antigüidade, de cedro, nogueira, ipê rosa, mojo [*Brosillum allicastrum*], sumaúma e muitas outras espécies têm sido derrubadas”. “Com isso provocaram desmoronamentos que têm afetado nosso rio aonde foram milhares de toneladas de lama e pedras, além dos azeites que usam as máquinas”. É por isso que em um escrito de desconformidade perante as autoridades qualificam esses destroços como “ecocídio”.

Em termos ecológicos a empresa já vem ocasionando um gravíssimo prejuízo no município de Coahuayana quanto ao processo de captação, armazenagem e liberação da água da chuva que sustenta a vida de toda a área. Por isso, a população se opõe a toda atividade na jazida chamada La Colomera por parte da TERNIUM já que nesses meses tem observado como os trabalhos da mineradora provocam de forma acelerada a poluição do rio El Saucito, bem como da floresta e de todos os seres vivos que nela habitam e que, conforme manifestam, “fazem parte de nós mesmos como comunidades, esta empresa é alheia a esta terra e não se importa em destruir a floresta e o rio”. A maior preocupação é que: “Em 10 anos seremos praticamente povos sem vida”.

O ecossistema que os moradores locais defendem constitui, portanto, uma região de inestimável valor ecológico, sendo um elemento de transição natural entre o ecossistema da floresta tropical e a floresta de pinheiro e carvalho age como um mecanismo regulador dos ciclos hídricos. Além disso, é sabido que estas florestas contribuem a equilibrar fenômenos climáticos globais como o efeito estufa e o aquecimento global através da captação e imobilização de dióxido de carbono, o que é muito significativo já que se trata de vegetação de acelerado crescimento graças ao clima tropical.

E ainda, a floresta é o último abrigo para espécies animais em risco de extinção que já vêm sentindo os efeitos desse ecocídio: a lontra de rio (*Lontra longicaudis*), os camarões de água doce (*Macrobrachium spp*), os papagaios (*Amazona finschi e oratrix*), o veado de cauda branca (*Odocoileus virginianus*), e o peru de monte (*Meleagris ocellata*)- que já se considera extinto mas ainda é encontrado no local-, são exemplos disso. Assim, os impactos nesse frágil e importante ecossistema resultam impossíveis de medir.

A partir dos primeiros meses de 2008, a empresa mineradora TERNIUM tem entrado no território do município Coahuayana com o intuito de trabalhar a jazida de ferro nos arredores das áreas conhecidas como El Saucito e o Cerro de la Aguja. As autoridades não reagiram para defender o interesse das comunidades mesmo quando a empresa nunca comunicou ao município sobre os trabalhos nem havia nenhum tipo de licença. Por isso, os afetados apresentaram diferentes denúncias e fizeram questão de que fosse dada uma resposta a elas. Assim, no dia 29 de outubro, chegaram à região afetada

representantes da Procuradoria Federal de Proteção ao Ambiente (PROFEPA) e da empresa mineradora para conferir os danos causados na floresta e no rio. No entanto, a fiscalização foi realizada em horas da noite e só com representantes da empresa, sendo impedia a participação das comunidades denunciante dos fatos. O argumento foi que de acordo com sua normativa não há obrigação de notificar o denunciante mas só o denunciado. Nesse mesmo dia, pela manhã, o representante regional da Secretaria do Meio Ambiente (SEMARNAT) manifestou que “a delegação da SEMARNAT em Michoacán não tem registro de nenhuma parcela mineira para este município, e por isso não pode haver nenhum tipo de licença para realizar trabalhos nesse sentido”. A PROFEPA, contrariamente, afirmou que a empresa tem uma licença, o que para as comunidades é suspeito.

Por esses motivos, os moradores têm duas exigências: que a região noroeste do território municipal de Coahuayana que vai desde o El Saucito até o Cerro de la Aguja seja declarada como Zona de Conservação Ecológica Municipal, para que nunca mais nenhuma empresa ou pessoa possa sentir-se com direito de vir a destruir os recursos naturais desta floresta e deste rio. E em segundo lugar que seja cancelada a concessão da empresa TERNIUM no município Coahuayana.

Por último, os moradores apontam:

“Não queremos negociar, nem queremos o dinheiro nem os empregos que promete a empresa, porque não há dinheiro nem emprego que possa pagar a vida que aqui está sendo destruída. Apenas que seja respeitado nosso direito a ter água limpa e que seja respeitada a dignidade do rio e da selva.”

Apesar das tentativas da empresa para gerar divisão social e enfrentamentos através de afirmações falsas sobre aqueles que se resistem aos trabalhos mineiros, apontam também que a resistência tem sido pacífica em todo momento e explicam:

“Nós não nos opomos ao desenvolvimento de nosso município desde que esse desenvolvimento não seja uma ameaça para nosso meio ambiente e para os recursos naturais básicos como a água”.

É esperançoso que, aos poucos, as autoridades estejam percebendo que o movimento avança além de suas próprias previsões.

Assinado:

Habitantes das comunidades de El Parotal, La Palmita, Ashotán, Santa María Miramar e El Saucito, integrantes do movimento de resistência civil pacífica contra a jazida La Colomera da empresa TERNIUM no município de Coahuayana

Em 13 de novembro do ano 2008

NÃO À JAZIDA, SIM À VIDA!!!

Nota: Para apoiar estas comunidades, convidamos a assinar uma carta de protesto encaminhada às autoridades locais e nacionais do México, acessando www.salvalaselva.org. No site está a ação de protesto pelo correio eletrônico: NÃO à mineração da morte em Coahuayana, Michoacán, México.

[início](#)

- Nigéria: queima de gás – principal contribuinte com a mudança climática e abusos aos direitos humanos

A Nigéria possui 11700 quilômetros quadrados de floresta de mangue: a terceira maior do mundo e a maior da África. A maioria do mangue se acha no Delta do Níger. A Nigéria é também uma grande produtora de óleo e a maioria do óleo é extraído no Delta do Níger. Lá, o petróleo ou óleo cru abunda em formações rochosas. A complexa mistura de hidrocarbonetos e outros compostos orgânicos que forma o combustível fóssil líquido inflamável é extraída de poços de óleo nesses campos petrolíferos.

Quando o óleo cru é bombeado fora, também traz gás associado com ele. Esse gás natural poderia ser separado do óleo e usado, mas as companhias petrolíferas preferem queimá-lo. A Shell-BP foi a que começou com essa prática na década de 60.

A queima de gás natural associada com a extração de óleo tem sido reconhecida internacionalmente como fonte significativa de emissões de gases de efeito estufa e principal contribuinte com a mudança climática. Na combustão, os hidrocarbonetos gasosos reagem com o oxigênio atmosférico para formar dióxido de carbono (CO₂).

A queima de gás também causa chuva ácida, o que acidifica lagos e córregos e danifica a vegetação, produz poluição do ar e pode causar leucemia ou asma e morte prematura.

Apesar de que o governo britânico implementou políticas nacionais para reduzir a queima de gás para um mínimo em nível nacional, o mesmo critério não se aplica às companhias britânicas na Nigéria onde a queima de gás ainda é levada a cabo pela Shell, bem como outras corporações que controlam o negócio do petróleo, como a Agip, a ExxonMobil, a Texaco, a TotalFinaElf e a Chevron.

É somente um assunto de dinheiro e poder. De dinheiro porque nos lugares que carecem infra-estrutura para fazer uso do gás associado e estão longe de mercados potenciais –como no caso dos mangues do Delta do Níger- é mais barato simplesmente queimar o gás, apesar dos impactos nocivos. De poder, porque as corporações transnacionais têm a alavanca para impor seu interesse comercial sobre a saúde, meios de vida e direitos humanos das comunidades locais, evidenciando assim seu desprezo pelas pessoas. Apesar de uma Lei aprovada em 1984 que tecnicamente declarou que a queima de gás era ilegal, a indústria do petróleo ainda queima bilhões de metros cúbicos de petróleo todo ano.

Através das chaminés, o gás liberado é queimado, fazendo surgir ardentes chamas laranja contínuas, de tamanho considerável, cuja fumaça e grande calor levam à destruição e degradação dos mangues e ao espalhamento de conflitos e morte (ver Boletim do WRM Nº 56).

Apesar de ser um principal produtor de petróleo, a Nigéria está entre as nações mais pobres do mundo, evidenciando assim que as economias do Sul baseadas no petróleo somente enriquecem um pequeno grupo de transnacionais e elites locais. Além disso, o país sofre de escassez energética crônica.

Muito sofrimento, repressão e morte têm acompanhado a oposição de longa data aos impactos da produção de petróleo, incluindo poluição e queima de gás na Nigéria. No passado setembro, durante um fórum interativo comunitário sobre o impacto da queima de gás na comunidade de Iwherekan, no Estado do Delta, soldados nigerianos que guardavam sítios de queima de gás operados pela Shell prenderam aproximadamente 25 pessoas que assistiam ao fórum.

Entre os detidos havia anciões da comunidade, mulheres, crianças, membros de Environmental Rights Action /Friends of the Earth e jornalistas de jornais nacionais e estações de televisão, incluindo a Nigeria Television Authority (NTA), propriedade do governo federal; a câmara do pessoal da NTA foi apreendida e confiscada.

Em 14 de novembro de 2005, a Shell, de acordo com uma ordem, devia deter a queima de gás na comunidade de Iwherekan

para abril de 2007. A decisão de um Supremo Tribunal Federal reconheceu que a prática de queima de gás violava o direito fundamental à vida e à dignidade e foi o resultado de uma ação promovida em 20 de julho de 2005 por Jonah Gbemre, em representação própria e da comunidade Iwherekan contra a Shell, a Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) e o Procurador Geral da Federação.

No entanto, a companhia continuou com a prática letal de queimar gás. As pessoas têm exprimido sua preocupação e a apreensão era aparentemente para intimidar a comunidade e evitar que os ambientalistas continuaram sua campanha para acabar com a queima de gás. Nnimmo Bassey, Diretor Executivo de ERA/FoEN, declarou "Essa ação tem evidenciado às claras que este governo não se preocupa com o impacto da queima de gás sobre os meios de vida e a saúde das pessoas do Delta do Níger. Também fica claramente evidenciado que o que esta administração tem para oferecer para a genuína agitação das pessoas do Delta do Níger para acabar com a queima de gás é, intimidação, força bruta e encobrimentos. É tão triste que isso tenha acontecido sob um governo que tem ido até o topo do teto para professar sua confiança no princípio de legalidade".

Artigo baseado em informação de: "Gas Flaring, LAC & Climate Change", Keith R, Temas Actuales LLC, <http://www.temasactuales.com/temasblog/environmental-protection/gas-flaring-lac-climate-change/>; "Gas Flaring Disrupts Life in Oil-Producing Niger Delta", Ofeibea Quist-Arcton, NPR, <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=12175714>; "Comunicado à Imprensa: Environmentalists Denounce Arrests in Gas Flaring-Affected Community", Environmental Rights Action / Friends of the Earth Nigeria, http://www.eraction.org/index.php?option=com_content&view=article&id=133:press-release-environmentalists-denounce-arrests-in-gas-flaring-affected-community&catid=9

[início](#)

- República Democrática do Congo: destruindo as florestas, os povos e o clima com a atividade madeireira

A floresta tropical da República Democrática do Congo (RDC) –a segunda maior do mundo- está desaparecendo com a atividade madeireira. De acordo com um relatório do The Guardian (1), atualmente uma dúzia de grandes companhias, principalmente europeias, dominam a indústria e têm vastas concessões: a Trans-M tem donos libaneses; um outro grupo, que controla aproximadamente 15 m de acres é propriedade dos irmãos portugueses Trindade; a família norte-americana Blattner possui mais de 2 m de acres; o Grupo alemão Danzer possui 5 m. *Para fazer com que valha a pena a difícil tarefa de exportar madeira nas corredeiras perto da cidade capital de Kinshasa, a demanda é por madeira de maior qualidade para as cozinhas, revestimentos de solos e móveis europeus.* A paz tem exacerbado o problema, abrindo a floresta para companhias menores.

A maioria das concessões madeireiras foi outorgada apesar da moratória nacional sobre os títulos madeireiros desde 2002, e em violação das novas leis florestais. As companhias sabem que poderão apelar e extrair madeira durante vários anos.

A floresta fornece alimentos, medicinas e materiais de construção para dois terços dos habitantes do Congo -40 milhões de pessoas. A floresta tropical da RDC é também um dos maiores depósitos de carbono no mundo. No entanto, incentiva-se às companhias para que se levem o que podem. Além disso, uma revisão imperfeita financiada pelo Banco Mundial, da legalidade de 156 contratos madeireiros tem aumentado o perigo enquanto 46 dos contratos totais foram transformados em concessões legais -33 dos quais foram outorgados *depois* de que a moratória de 2002 já estivesse em vigor. (2) Sem critérios sociais e ambientais, o processo de revisão ignorou o impacto sobre os meios de vida dos povos locais. A maioria das concessões foi outorgada em áreas habitadas por povos dependentes da floresta, muitas delas têm pigmeus vivendo

nelas e um terço está em áreas identificadas como vitais para conservação. Também a importância global das florestas tropicais na estabilização da mudança climática e a proteção da biodiversidade foi ignorada. (3)

Em 2003 outorgou-se à Safbois, um conglomerado de propriedade em parte norte-americana e em parte belga, uma concessão de mais de 100.000 milhas quadradas para cortar a floresta em procura da preciosa teca africana. As comunidades locais condenam a companhia, da que dizem que vai beneficiar-se com suas árvores enquanto lhes dá pouco ou nada para eles: suas áreas de caça estão sendo destruídas, seu acesso a alimentos silvestres negado, há pouco emprego, os salários são insuficientes.

O relatório do The Guardian explica que: "O sistema de concessionários que oferecem presentes às comunidades em troca pela autorização para extrair madeira é agora a base de todas as operações florestais no Congo. As comunidades isoladas, que quase não tinham contato com estranhos, estão sendo persuadidas de abrir mão, por apenas uns poucos machetes e sacos de sal, dos direitos às florestas das que têm dependido durante milhões de anos. Uma companhia deu para uma comunidade 18 barras de sabão, quatro pacotes de sopa, 24 garrafas de cerveja e dois sacos de açúcar. Uma outra assinou um acordo por 20 sacos de açúcar, 200 sacos de sal, 200 machetes e 200 pás. Na província Orientale, uma outra companhia prometeu uma escola, uma clínica e suficiente madeira para construir seus ataúdes."

"As concessões estão sendo entregues, e os aldeões não estão sendo informados do que estão assinando suas lideranças. As comunidades estão em um caos e há mais e mais conflito social. É um sistema cruel que continua as injustiças e atrocidades do sistema colonial, mas é ainda pior porque priva as comunidades de seus recursos e os confina a pobreza perpétua."

Um funcionário do Banco Mundial falou anonimamente: "Claramente as companhias são a raiz do problema. Estão aproveitando-se do caos. Elas exploram os pobres. É normal. São homens de negócios. É um grupo de pessoas muito pequeno o que se enriquece e o grupo maior continua sendo pobre. Como o governo é débil, não pode enfrentá-las. Nada tem mudado muito desde a época do Rei Leopoldo. Tudo isso começou nos tempos coloniais. O governo continuou o mesmo depois da independência. Ainda é um sistema de colonialismo."

As companhias dizem que querem levar-se apenas umas poucas árvores mas "para levar-se apenas uma árvore valiosa é precisa a construção de rodovias na profundidade da floresta, o que significa que centenas de outras árvores são cortadas ou destruídas –geralmente as pequenas, que as comunidades usam e precisam para medicinas e alimentos. As companhias não replantam –as árvores que cortam podem ter 100 anos- e deixam a floresta vulnerável a inundações de caçadores e outros produtores que entram para derrubar mais."

A floresta acabou-se para sempre, e as companhias se levam tudo, "incluindo a chance de desenvolvimento", se queixa um povoador local.

Além disso, a atividade madeireira industrial contribui muito com a mudança climática. batendo e compactando o solo, a atividade madeireira libera gases armazenados e acelera seu esgotamento quando é exposto ao oxigênio. Quando os troncos são removidos de uma floresta, uma grande percentagem do carbono permanece nos "resíduos" –plantas mortas, árvores indesejadas, ramos, tocos, raízes- que se descompõem e às vezes são incendiados, liberando grandes quantidades de CO2 na atmosfera. Os troncos são transportados em caminhões que percorrem milhares de quilômetros, produzindo diariamente milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Os troncos exportados como madeira roliça ou transformados em tábuas ou lascas de madeira são então embarcados para mercados no exterior em grandes navios-tanques que acrescentam mais toneladas de emissões de carbono.

Apesar do que antecede, o mesmo antigo sistema colonial de concessões "é aceitado agora pelo Banco Mundial e os governos ocidentais. Priva milhões de pessoas de seus recursos, incentiva a corrupção, evita o desenvolvimento, divide

comunidades e contribui com a mudança climática. O real escândalo hoje é que, para uns poucos metros quadrados de revestimento de solo, ou uma porta de cozinha ou um pé de cama, a segunda maior floresta do mundo está sendo destruída, provavelmente para sempre”.(1)

Fontes:

(1) <http://www.guardian.co.uk/world/2007/sep/22/congo.environment>

(2) <http://www.greenpeace.org/usa/press-center/releases2/greenpeace-exposes-impacts-of>

(3) <http://www.greenpeace.org/usa/news/carry-on-up-the-congo-2>

[início](#)

- Uruguay: Plantações de eucalipto degradam solos e emitem carbono

Apesar de toda a evidência científica que existe sobre o impacto das monoculturas de árvores em grande escala, a Convenção de Mudança Climática faz questão em promovê-las, com o falso argumento de as plantações poderem mitigar os efeitos da mudança climática ao agirem como “sumidouros de carbono”.

Os impactos negativos das monoculturas de árvores em áreas florestais têm sido amplamente pesquisados e documentados em quase todos os países em que são instaladas. Contudo, a tendência é minimizar o impacto que tais monoculturas causam nas pradarias, o principal ecossistema em países como a África do Sul, Suazilândia, Uruguai, sul do Brasil e amplas áreas da Argentina, onde essas monoculturas continuam sua expansão.

Essa realidade, explica Carlos Céspedes, pesquisador da Faculdade de Ciências do Uruguai, o incentivou a empreender uma pesquisa, em sua tese de doutorado, com o intuito de avaliar os efeitos da transformação de pradarias em culturas florestais.

Em um trabalho anterior, Céspedes já tinha demonstrado que a cultura de eucaliptos tem efeitos negativos no solo da pradaria. Nesse estudo, o pesquisador tinha constatado que as monoculturas de eucaliptos produzem na pradaria uma importante perda de matéria orgânica e um aumento da acidez, o que está associado, por sua vez, à alteração dos valores normais de outras propriedades físico-químicas.

Os solos das pradarias uruguaias têm um nível de acidez (pH) de aproximadamente 6,5- 6,8 (isto é, catalogados como “ligeiramente ácidos”); se bem que no caso de pradarias arenosas, esses valores podem estar em torno a 5,5. No caso de plantações de eucalipto nesse tipo de solo, as análises mostraram resultados muito por baixo desses valores, em torno a 4,5 (ou seja, solos definidos como “fortemente ácidos”). Para compreender a importância desse dado, cabe dizer que o pH é expressado em escala logarítmica, e por isso um ponto de diferença de pH (5,5 vs. 4,5) é muito. Mas, acima de tudo, é preciso saber que um pH de 5 representa um limiar; quer dizer, por cima ou por baixo desse valor ocorrem mudanças significativas no solo (que não aconteceriam se a mudança fosse de 7 a 8 ou de 3 a 4), tais como alterações em sua Capacidade de Intercâmbio Catiônico – CIC, propriedade estreitamente ligada à fertilidade do solo como é explicado a seguir.

A acidez já foi mais alta na primeira camada do solo (o denominado horizonte A) e mesmo que tenha diminuído um pouco nas camadas mais profundas (horizonte B), o pH foi igualmente mais baixo do que nas pradarias. A explicação desse aumento notório de acidez, dada por diversos autores, é a extração de cálcio do solo em quantidades significativas, sendo acumulado na biomassa florestal na forma de cristais (oxalato de cálcio). Como era de esperar, o baixo pH alcançado levou a um notório aumento de alumínio no solo, em uma concentração que pode resultar tóxica para a maioria das espécies vegetais nativas. Como resultado, determinadas espécies de plantas que habitavam esses solos, hoje- após anos sob

eucaliptos- não têm as condições apropriadas para sobreviverem. Contudo, há espécies que conseguem adaptar-se às novas características do solo, como é o caso do “capim coastcross” (*Cynodon dactylon*), uma espécie exótica invasora. Para os microorganismos, estas alterações seriam ainda mais graves, devido a eles serem muito sensíveis às mudanças físico-químicas do solo.

O ambiente mais ácido é um fator que também contribui para a proliferação de fungos, em particular, os basidiomicetes. Estes fungos geram um emaranhado de micélios sobre a terra (o “corpo” dos fungos, que pode ser visto no campo como filamentos brancos) que induzem a uma verdadeira impermeabilização do solo (fenômeno conhecido como “water repellency”), que impede que a água penetre com facilidade até as camadas mais profundas. Isso produz menor infiltração no lençol subterrâneo de água e um aumento comparativo da escorrência superficial, estimulando a erosão do solo.

A diminuição da matéria orgânica do solo responde a vários fatores que se inter-relacionam. Entre eles, é importante salientar que existe uma menor incorporação de resíduos orgânicos ao solo em uma plantação de eucaliptos do que na pradaria. Os resíduos dos eucaliptos permanecem depositados na superfície e, por sua natureza bioquímica, são mais resistentes à biodegradação. Por outro lado, a diminuição é originada também na “exportação” que a plantação de eucaliptos realiza da matéria orgânica originariamente acumulada no solo pela pradaria.

A drástica diminuição de matéria orgânica no solo resulta em uma diminuição na Capacidade de Intercâmbio Catiônico (CIC). A CIC expressa a capacidade de retenção de nutrientes minerais do solo; quer dizer, determina sua fertilidade potencial. A pesquisa mostrou que a CIC diminuiu no horizonte A pela influência dos eucaliptos. Esta diminuição da CIC no horizonte A é grave demais, já que é sobre esse horizonte do solo onde a produção agropecuária é estabelecida. Ao diminuir a matéria orgânica e a CIC, não apenas diminui a fertilidade do solo mas também são gerados importantes efeitos negativos em sua estrutura, no arejamento e na atividade biológica, entre outros fenômenos.

Os defensores do florestamento argumentam que a plantação de árvores até pode melhorar os solos, embora esclareçam que às vezes isso não acontece em solos tão bem cuidados, bem manejados, de altíssima produtividade e tão pouco degradados quanto os excelentes solos da pradaria uruguaia. Mas afirmam que esta melhoria do solo poderia verificar-se em solos que não tenham essa excelência.

Contudo, outro dos achados importantes da pesquisa é que fica demonstrado que as monoculturas de árvores também têm efeitos negativos em solos com história de uso em outras produções agropecuárias. Nem sequer nos solos arenosos- que, conforme os defensores do florestamento, a única coisa que poderia acontecer seria que melhorassem- foi possível comprovar isso como verdadeiro. De acordo com os resultados obtidos por Céspedes, o florestamento seria a pior opção também neste tipo de solos, já que no caso em que tais solos, degradados por atividades agrícolas, fossem abandonados, seriam recolonizados por plantas herbáceas- muitas delas nativas-, que em um prazo determinado fariam com que o solo melhorasse substancialmente, o que não ocorreria se fossem plantados com eucaliptos.

Mas, talvez o mais importante dessa pesquisa seja que demonstra que a cultura de eucaliptos no solo da pradaria, afeta de forma negativa- e significativa- o balanço de carbono existente no solo.

Um dos argumentos mais usados ultimamente para justificar as monoculturas de árvores em grande escala é que podem ser usadas para melhorar o clima e contra-arrestar o efeito estufa. Argumenta-se que à medida que as árvores vão crescendo, vão tomando carbono do ar em quantidades maiores das que emitem. De acordo com essa perspectiva, as plantações são definidas como “sumidouros de carbono”.

Contudo, essa pesquisa comprovou que isso é falso no caso da pradaria, já que ela é uma grande acumuladora de carbono, mas de um carbono totalmente diferente do que pode ser acumulado na biomassa das árvores. O carbono que a pradaria acumula é o denominado carbono estável (substâncias húmicas); trata-se de uma reserva de carbono que pode manter-se lá

durante centenas ou milhares de anos e que sob determinadas condições, pode continuar em aumento. Esse carbono orgânico, que inicialmente se acumulava na massa viva- principalmente nas raízes- progride gradativamente através da atividade dos organismos do solo, para complexos orgânicos cada vez mais estáveis. No entanto, o trabalho do solo, o uso de agrotóxicos e a implantação de espécies arbóreas exóticas e de rápido crescimento, destroem grande parte dessa reserva. Em decorrência disso, as pradarias invertem seu papel de “sumidouro” para se transformarem em fonte ou emissores de CO₂.

Além disso, a captura de carbono que realizam as plantações durará relativamente pouco tempo à medida que as árvores forem cortadas, usadas ou inclusive- como acontece com frequência- se incendiarem e liberarem todo o carbono na atmosfera. A esse respeito, os promotores do chamado “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo” argumentam que mesmo que esse carbono acumulado pelas árvores tenha um tempo médio de residência (TMR) baixo, de qualquer forma trata-se de um carbono que já estava na atmosfera (como dióxido) contribuindo para o “efeito estufa”. Essa contribuição, portanto, é igualmente válida devido a que não usa um carbono novo senão que recicla um que já existe. Este argumento seria verdadeiro se a produção de árvores não tivesse como contrapartida uma emissão de carbono desde o solo. Fato que tem sido demonstrado.

A tese de doutorado de Céspedes demonstra então não apenas que as monoculturas de eucaliptos degradam os solos de forma irreversível, senão que além disso destroem os solos que atuam como enormes reservatórios de carbono. Os promotores dessas plantações deveriam inventar então novas mentiras para promovê-las. E cada vez, vêm restando menos!

Artigo elaborado com base na tese de doutorado de Carlos Céspedes disponível em <http://ethesis.inp-toulouse.fr/>, em entrevistas com o autor e em informações extraídas do artigo “Impacto de las plantaciones de eucaliptos en el suelo”, por Teresa Pérez, disponível em: <http://www.guayubira.org.uy/plantaciones/Cespedes.html>

[início](#)

CONTRIBUIÇÃO DO WRM COM O DEBATE SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA

- Quatro recentes relatórios do WRM relacionados com a mudança climática

Como contribuição para facilitar o envolvimento da sociedade civil na proteção do clima da Terra, o WRM tem publicado recentemente quatro relatórios relacionados com a mudança climática:

“De REDD a DEDD” reflete sobre o mecanismo que está sendo discutido atualmente na Convenção sobre Mudança Climática –REDD- para abordar as emissões de carbono do desmatamento. O relatório expõe a inutilidade de um REDD baseado em um mercado do carbono, que permitiria aos poluidores do Norte simular uma “compensação” de suas emissões de combustível fóssil, ajudando a evitar o desmatamento em outros lugares. Ao mesmo tempo, o relatório analisa os problemas que poderiam surgir de um mecanismo de outorga focalizado na “redução” do desmatamento e chamamentos para um enfoque totalmente diferente, baseado em políticas e compromissos para deter o desmatamento.

(espanhol) <http://www.wrm.org.uy/publicaciones/REDD.pdf>

(inglês) http://www.wrm.org.uy/actors/FSC/WRM_Briefing.pdf

“Los magos del carbono neutro” trata do mito da “compensação” com base na enganosa premissa que o carbono liberado da queima de combustíveis fósseis –que não têm sido parte do funcionamento da biosfera durante milhões de anos- pode de algum jeito ser “compensado” através de outras atividades, tais como a plantação de árvores. O documento explica que o

carbono do combustível fóssil não pode retornar a seu depósito original e quanto mais se extrai, mais aumenta o volume total de carbono na biosfera. Uma ação climática efetiva precisa reduzir e eventualmente eliminar o uso dos combustíveis fósseis. O jogo "neutro de carbono" é uma forma de desviar a atenção desse muito real e urgente assunto e é exposto como uma fraude.

(espanhol) <http://www.wrm.org.uy/publicaciones/CarbonoNeutro.pdf>

(inglês) http://www.wrm.org.uy/publications/briefings/Carbon_neutral.pdf

"GE tree research. A country by country overview" As árvores geneticamente modificadas (GM) têm sido não apenas explicitamente aceitas pela Convenção sobre Mudança Climática para serem usadas nas chamadas plantações como sumidouros de carbono, mas também são percebidas como possíveis fontes para a produção de etanol para substituir os combustíveis fósseis. Neste novo relatório, o WRM tem reunido informação sobre todos os países onde se leva a cabo pesquisa com árvores GM, para permitir às pessoas desses países comprometer-se diretamente com o assunto.

(inglês) http://www.wrm.org.uy/subjects/GMTrees/Briefing_GM_Trees_by_country.pdf

"A certificação de plantações de árvores pelo FSC precisa ser interrompida". A certificação das plantações de árvores tem sido uma forma de validar a expansão das monoculturas de árvores, incluindo as chamadas plantações como sumidouros de carbono, apesar de seus impactos negativos sobre a natureza e as comunidades. Neste relatório, o WRM fornece argumentos para a exclusão das plantações de árvores industriais da certificação do FSC.

(português) http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/Briefing_Portugues.pdf

(espanhol) http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/WRM_documento.pdf

(inglês) http://www.wrm.org.uy/actors/FSC/WRM_Briefing.pdf

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

